

O DESAFIO AMBIENTAL E AS ONGS¹

Maurício Waldman²

Não existiria nenhum exagero afirmar que a Humanidade se encontra diante de uma autêntica encruzilhada, e, para arremedar, *de uma encruzilhada ambiental*. Trata-se de um momento crucial, no qual vozes dissonantes (tais como as da conhecida dupla *Bush father & son*), dantes contraditoriamente confirmam do que desmentem a necessidade de uma alteração urgente quanto às atitudes e aos procedimentos que a modernidade tem adotado na sua relação frente ao meio ambiente.

Tratando-se de uma terminologia que entrou em voga nas últimas décadas do século passado, a modernidade explicita amplo arrazoado de significados, inclusive os associados à noção de *desenvolvimento sustentado*, implicando em entendimentos observando-a como patamar para solucionar os problemas ambientais que vivenciamos. Contudo, mesmo considerando que a modernidade poderia intuir estratégias que possibilitariam sua reprodução enquanto um modelo civilizatório, não há qualquer cientista social disposto a eximir o mundo contemporâneo das sequelas geradas pela sua intervenção no meio natural.

Deste modo, embora reportando a contextualizações que suscitam inúmeras declinações e divergências quanto ao seu devir, é possível, relativamente à modernidade identificar análises amplamente aceitas. Logrando agregar forte consenso quanto às suas características e implicações, o sociólogo britânico Anthony Giddens a define como uma sociedade geradora de um enquadramento simultaneamente técnico e unificador, definida via de regra como ocidental. Tal matriz respaldaria uma série de modos de vida que desvencilharam a humanidade de todos os tipos tradicionais de ordem social, mudança esta entendida como sendo sem precedentes. Dentre as transformações ocorridas, estão as que redefiniram radicalmente a relação com a natureza (GIDDENS, 1991:14 *et seq*).

A imperiosidade das consequências inauguradas pela modernidade para com o meio natural foram manifestas. Certifica o grande geógrafo brasileiro Milton SANTOS: *Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza o saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado estamos vendo, é dramático* (1988:44). Assim sendo, ao ocupar um nexos central no novo imaginário instaurado com a expansão do capitalismo e da sociedade burguesa, posso localizar uma concepção de natureza pela qual o meio natural não passaria da condição de mero recurso voltado para manter e expandir incessantemente o progresso e o desenvolvimento econômico (WALDMAN, 1988, 1992a, 1992b, 2003a, 2006a, 2006b).

Nesta acepção, *está implícita uma leitura ocidental do antropocentrismo*. Esta sugere não uma interlocução, mas sim a submissão da natureza a um homem concretamente identificado com os proprietários dos meios de produção, com os “cidadãos” ou mais exatamente, com a nova classe burguesa. Por conseguinte, não seria demasiado ressaltar a forte presença de um ideário patriarcal, valorizando-se implicitamente o gênero masculino comparativamente ao feminino, tanto em nível do imaginário quanto no da concretude social.

¹ Texto-base da Conferência desenvolvida na Mesa Temática *ONGs e seu papel no meio ambiente*, Palestra *A Sociedade e o Desafio Ambiental* durante o IVº Congresso Nacional de Meio Ambiente de Poços de Caldas (MG), no dia 25 de Maio de 2007.

² Ex-Coordenador do Meio Ambiente de São Bernardo do Campo (SP) e ex-Chefe da Coleta Seletiva de Lixo de São Paulo. Maurício Waldman foi colaborador de Chico Mendes, trabalhou no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI, São Paulo e Rio de Janeiro), coordenou o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo, integrou a direção da Associação dos Geógrafos Brasileiros de São Paulo (AGB-SP) e é atualmente membro da ONG Associação Global para o Desenvolvimento Sustentado (AGDS, São Bernardo do Campo, SP). Dentre muitas outras publicações Waldman é autor *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992), de *Meio Ambiente e Antropologia* (Senac, 2006a) e co-autor da *Coleção Tecendo o Saber* (Instituto Paulo Freire e Fundação Roberto Marinho, 2007). Ademais, Waldman realizou tradução da obra de proeminentes intelectuais como *Joan Martinez Alier* e *Diané Collinson* para o português. Waldman é graduado em Sociologia (USP), Mestre em Antropologia (USP) e Doutor em Geografia (USP). Atualmente é consultor e capacitador em Recursos Hídricos, Matriz Energética e Resíduos Sólidos. Exerce magistério no curso de MBA em Gestão Ambiental da PUC de Minas Gerais como titular das disciplinas *Desenvolvimento no Século XXI: Questões Ambientais da Sociedade Contemporânea* e *Repensando os Resíduos Sólidos: Aspectos Técnicos, Sociais e Ambientais*.

Tais assertivas estavam presentes em todas as suas cores no pensamento de Francis Bacon. As imagens violentas utilizadas por este pensador inglês - considerado o pai da concepção instrumental de ciência que perpassa ainda hoje pelo pensamento ocidental - referentes ao relacionamento com a natureza foram, ao que tudo indica, inspiradas pelos julgamentos das chamadas “bruxas”, que eram frequentemente realizados no tempo deste filósofo. Neste sentido, Francis Bacon estaria

Intimamente familiarizado com tais denúncias e libelos e, como a natureza era comumente vista como fêmea, não deve causar surpresa o fato dele transferir as metáforas usadas no tribunal para os seus escritos científicos. De fato, sua ideia da natureza como uma mulher cujos segredos têm que ser arrancados mediante tortura, com a ajuda de instrumentos mecânicos, sugere fortemente a tortura generalizada de mulheres nos julgamentos de bruxas do começo do século XVII. A obra de Bacon representa, pois, notável exemplo da influência das atitudes patriarcais sobre o pensamento científico (CAPRA, 1991: 52).

Enquanto reflexo filosófico desta visão de supremacia do *homem*, o filósofo francês René Descartes contextualizou a separação entre o homem e a natureza de modo extremo, pregando que Deus seria totalmente transcendente, externo à criação e que os animais não seriam dotados de alma³. No seu pensamento, o homem, único *avatar* da racionalidade, deteria prevalescência incontestada sobre todos os seres vivos, abrindo caminho, por exemplo, para que fossem abandonados quaisquer pruridos no tratamento dispensado aos animais. Na esteira deste universo conceitual, deixando de encontrar amparo junto aos sistemas morais e religiosos, a natureza perdia inexoravelmente sua grandeza (*apud* DIEGUES, 1994:36/37 e *passim* COLLINSON, 2004).

Esse antropocentrismo de cunho racionalizante, que se tornou triunfante na Inglaterra do século XVIII, subentendia que a autoridade humana sobre o mundo natural era soberanamente ilimitada. A pretensão em dominar a natureza encontrou eco em um sem número de variáveis culturais. No plano lingüístico, por exemplo, o geógrafo Carlos Walter Porto GONÇALVES, comenta de um modo jocoso – mas não menos certo – as sequelas relacionadas com esta nuance:

Sem que nós percebamos, usamos em nosso dia-a-dia, uma série de expressões que trazem em seu bojo a concepção de natureza que predomina na nossa sociedade. Chama-se de burro ao aluno ou a pessoa que não entende o que se fala ou se ensina; de cachorro ao mau caráter; de cavalo ao indivíduo mal educado; de vaca, piranha e veado àquele ou àquela que não fez a opção sexual que se considera correta, etc... Juntamos os termos: burro, cachorro, cavalo, vaca, piranha e veado, são todos nomes de animais, de seres da natureza tomados – em todos os casos – em sentido negativo, em oposição a comportamentos considerados cultos, civilizados e bons (1990:35).

Nesta linha de argumentação, conforme explanou o pensador francês MERLEAU-PONTY, *uma vez que conhecer uma sociedade é conhecer como ela pensa*, ou, *que o mundo é aquilo o que dele percebemos* (citado in ANDRADE, 1971:25), então não seria de se admirar que a sociedade moderna, brandindo uma perspectiva tão radicalmente voltada em favor do rompimento dos ciclos naturais, teria como destino se constituir, de acordo com uma definição acadêmica clássica em língua alemã, numa verdadeira *Raubwirtschaft*: literalmente, *uma economia de rapina*⁴.

Este parecer pode ser empiricamente identificado em várias particularidades da vida moderna. Nestes termos, mesmo que a agro-pecuária seja imemorialmente grande consumidora de recursos hídricos, o mundo contemporâneo se especificaria então enquanto vetor perdulário do consumo de água em função das opções adotadas como padrão alimentar. Dito de outra forma: se uma dieta baseada em grãos já pressupõe um custo

³ No entanto, contrariando esta colocação, podemos recordar que a palavra animal origina-se justamente de *anima*, que significa *alma* em latim.

⁴ Termo presente na obra do geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904), *Raubwirtschaft* também pode ser traduzido como “economia de roubo”, “de pilhagem”, “de saque” ou ainda “destrutiva”. É frequentemente utilizado nos estudos que entrelaçam ecologia e economia, assim como para descrever práticas colonialistas.

hídrico elevado, em vista de serem necessários 900 l de água na produção de 1 kg de trigo, 1.400 l por 1 kg de milho e 1.910 l por 1 kg de arroz, essa contabilidade se torna irrisória quando comparada com o ícone do consumo alimentar moderno, o *hambúrguer*. Recorde-se que a carne bovina pressupõe a fabulosa quantia de 100.000 l de água/kg no caso da criação extensiva comum no Terceiro Mundo, ou mesmo, cifras superiores a esta⁵. Todavia, apesar do custo ambiental envolvido com a produção de proteína bovina, o que se percebe é a difusão generalizada deste padrão, respaldado pelas redes de lanchonetes *fast food*, cujas metas mercadológicas são marcadamente voltadas para a difusão do prosaico bife de carne moída (Cf ARMAND, 1998 e WALDMAN, 2003c e 2006b: 219 *et seq*).

Outro aspecto em que o saque desmesurado de recursos é por demais evidente situa-se no campo da conversão de energia, uma discussão que em virtude da dependência da sociedade contemporânea quanto à energia se reveste de autêntica dramaticidade. Como se sabe, a modernidade, para produzir os insumos tornados social e historicamente necessários para seu modo de vida, reclama vasta quantidade de energia. Exemplificando, para produzir vidro, papel, plástico, aço e alumínio, materiais que praticamente simbolizam a vida hodierna, são requeridos enormes *inputs* energéticos. Particularmente o alumínio, material que tem sido agraciado com toda sorte de subsídios e transformado em um verdadeiro ícone da vida moderna, sua produção não pode ser efetivada com menos de 17.600 kWh (Cf WALDMAN, 2003b e 2006b: 193).

Esta voracidade por recursos inspirou novas metodologias de análise de impactos centrados no modo de vida urbano, espaço este reconhecidamente representativo do que tem sido considerado como modernidade (Vide ALIER, 2005). De acordo com o especialista suíço em planificação ambiental Mathis WACKERNAGEL, as 29 maiores cidades européias requisitam, para o atendimento das suas necessidades, áreas entre 565 a 1130 vezes maiores do que aquelas que em tese estão ocupando (1998:2/3). Outro bom exemplo é o alerta de que uma cidade como Londres, no Reino Unido, reclama uma área 58 vezes maior do que a que ocupa para obter alimentos e madeira para sustento de seus habitantes. Neste raciocínio perturbador, caso o padrão de metrópoles afluentes como a londrina fosse estendido às demais populações urbanas do mundo, seriam necessários três planetas Terra para sustentar o conjunto de terráqueos (JOHN, 2000).

Esta propensão da civilização moderna ocidental pelo crescimento exponencial evidentemente sugere limites ambientais: é impossível retirar recursos do ambiente como se este fôsse um almoxarifado inesgotável. Cabalmente, o primeiro documento de capilaridade global a respeito dos problemas ambientais (divulgado em 1968), recebeu justamente o título *Limites do Crescimento*⁶. Todavia, para além da questão dos recursos, a problemática ecológica moderna inclui muitas outras interfaces preocupantes. Complementando o verdadeiro cipoal de distúrbios gerados pela modernidade, um aspecto essencial desta modalidade predatória de relacionamento com o meio natural, é o fato de estar assentada, *pari passu* com expectativas materiais discrepantes com a capacidade de suporte do meio natural (*carrying capacity*), em dessimetrias sociais, políticas, culturais e econômicas de um modo nunca visto na história humana. Estas transformam a modernidade, a despeito das suas promessas de prosperidade e de realçamento da dignidade humana, em um regime de exclusão social sem precedentes, reproduzidor de miséria e de más condições de vida.

No preâmbulo do século XXI, o quadro de contradições sociais não deu qualquer mostra de arrefecimento, conforme evidenciam os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estes indicam que a quinta parte mais rica da população mundial consome 45% de toda a carne e do pescado, enquanto que a quinta parte mais pobre, apenas 5%; que esta quinta parte mais rica consome 84% de todo papel, enquanto que a quinta parte mais pobre, 1,1%; que os 20% mais bem aquinhoados são os proprietários de 74% das linhas telefônicas, enquanto que a quinta parte mais pobre, possui 1,5%; que a elite dos 20% mais ricos igualmente possui 87% da frota mundial de veículos, contra menos de 1% da quinta parte mais pobre; ademais, que os mais opulentos consomem 58% de toda a energia, enquanto que a quinta parte mais pobre, menos de 4%.

⁵ Procurando assimilar o significado destes dados, recorde-se que os 100.000 litros de água requisitados para produzir um quilo de carne bovina equivalem a cem caixas d'água domésticas, o que de pronto já significa um dado perturbador quando se sabe que a falta do líquido assola milhões de humanos. Uma outra forma de pensar este *quantum* é salientar que 100.000 litros de água são suficientes para uma pessoa tomar banho de ducha durante 4 anos e 8 meses e banho de imersão durante 1 ano e 7 meses. Por conseguinte, poupa-se mais água deixando de comer 1 kg de carne do que parar de tomar banho durante vários meses.

⁶ Outra denominação desse documento é *Relatório Meadows*, referência a Dennis Meadows, um dos co-autores.

Contudo, estas contradições não cessam de fazer presença por todos os lados, particularmente no espaço que, conforme afirmei, constitui o epicentro da vida moderna: a grande cidade. Os espaços territorializados por aqueles que nada possuem, caso das *favelas* brasileiras e das *bidonville* (cidade de lata, expressão comum nos países francófonos), crescem incessantemente, brotando literalmente do dia para a noite. *Ou melhor, da noite para o dia*. Tal aparição quase mágica reflete-se na própria palavra *callampas* (cogumelos), usual em muitos países na América Latina. Esta “cidade informal” prolifera formando uma caricatura da cidade, emergindo no geral em terrenos pouco propícios à edificação. Espalhando-se sem critério pelas nervuras da topografia e artificializando a seu modo a natureza primeira, este espaço é construído pelos principais arquitetos do Terceiro Mundo: *as famílias pobres que constroem sua própria casa* (SALAS, 1987:16).

Utilizando os mais inusitados e bizarros materiais - tais como restos de demolições, sucata, lataria e pedaços de madeira - a natureza precária dessa cidade “informal” torna-se condição *sine qua non* de desastres que vitimam centenas de milhares de humanos todos os anos. Embora situados à margem dos planejamentos oficiais, a porcentagem de humanos que habitam estes espaços é significativa em meio a todas as grandes concentrações urbanas do Terceiro Mundo. No início do milênio, a mídia começou a popularizar a expressão *mega-slums* (mega-favelas), referindo-se à eclosão das primeiras “cidades informais” reunindo concentrações milionárias de seres humanos. Este seria o caso de Dharavi, famosa favela situada em Mumbai (ex-Bombaim, Índia), que reúne um milhão de habitantes e que, de acordo com previsões de especialistas, seria apenas uma das contas de um colar cosmopolita de cidades informais milionárias⁷ (*passim* DAVIS, 2006 e WALDMAN, 2006a).

Contudo, assinale-se que desde os primórdios da sociedade contemporânea foram abundantes os relatos detalhando condições de vida adversas em todos os campos da expressão cultural e do conhecimento humano. Por exemplo, na literatura podemos mencionar a obra do escritor britânico Charles Dickens (1812-1870), um libelo carregado de denúncias explicitando o deteriorado ambiente de vida e de trabalho imposto ao nascente operariado industrial. Seria também possível detectar evidências apontando para o desequilíbrio ecológico em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, um texto de autoria de Friedrich Engels (1820-1895). Nesta obra, tem-se um cáustico relato centrado na condição operária num momento em que se presenciavam as dores do parto do industrialismo. Neste pano-de-fundo, o barulho, água infectada e casas insalubres estão descritos em todas as suas cores.

Claramente, tais denúncias, que ninguém hoje hesitaria em classificar como ambientais, evidenciam que o silêncio histórico pesando sobre a questão ecológica encontra sua justificativa no fato dos trabalhadores terem sido por muito tempo as vítimas exclusivas da degradação ambiental. Apenas a partir do momento em que a destruição do meio ambiente atingiu a pequena-burguesia e ameaçou os setores dominantes, colocando-se numa ordem de grandeza impeditiva do ocultamento da discussão, é que a questão ambiental ganhou notoriedade nos meios de comunicação, promovendo inclusive, dada a sua popularidade, o surgimento de uma coleção de debates e de produtos culturais dedicados ao assunto (Cf GONÇALVES, 1982:222 e WALDMAN, 1988).

Deste modo, a expansão da sociedade moderna, tendo por base o capitalismo e a instauração de paradigmas que acirraram a oposição entre o homem e o meio natural, materializou um quadro sem paralelo de distúrbios. O triunfo da civilização ocidental, perpassado pela visão de que a economia seria o pressuposto para a “libertação do homem da natureza”, emergiu acompanhado de sequelas ecológicas simplesmente impensáveis, mesmo em tempos historicamente recentes. O resultado foi a aparição de um quadro perturbador, *no qual as condições ambientais são ultrajadas, com agravos à saúde física e mental das populações. Deixamos de entrever a natureza amiga e criamos a natureza hostil* (SANTOS, 1988:43).

Nesta ordem de colocações, uma das mais conhecidas proposições da atualidade relacionadas com a crise ambiental certamente responde pela noção de *desenvolvimento sustentado*. Tal concepção, que irrompe no cenário das idéias vitaminada pelas expectativas relacionadas com a RIO-92, tem sido intensamente utilizada e difundida com forte apoio midiático. Porém, ainda que profusamente disseminado, este conceito inclui performances pouco conhecidas do público. Indissociável do *Relatório Brundtland*⁸ ou *Nosso Futuro Comum* (*Our Common Future*), tal como é conhecido o documento elaborado em 1987 no âmbito da *Comissão Mundial para o*

⁷ A favela de Dharavi, muito comentada como paradigma de “cidade informal” está distante de constituir caso único. A despeito de controvérsias quanto às estatísticas, a favela de Neza-Chalco-Itza (Cidade do México), teria quatro vezes a população de Dharavi. Na Ásia, o distrito de Orangi (Carachi), teria ainda mais habitantes que Dharavi. Ademais, mesmo em Mumbai existem outras concentrações “informais” que rivalizam e se equiparam a Dharavi em dimensões e pobreza.

Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), o texto original inclui ponderações suscetíveis das mais variadas críticas (Vide SANTOS, 1991 e 1992, assim como LEFF, 2004:15/31).

Basicamente em razão de um viés que atualmente responderia por um ideário neoliberal, eis como literalmente o documento conjectura a respeito da pobreza:

A própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver, os pobres e os famintos muitas vezes destroem seu próprio meio ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio intensivo excessivo, exaurem as terras marginais e ocorrem em número cada vez maior para as cidades já congestionadas (CMMAD, 1988:30, grifo meu).

Como seria cabível comentar, no *Relatório Brundtland* os pobres estariam mesmerizados por atos de pura vontade, independentemente dos contextos e das relações sociais, ignorando, pois os clamorosos apelos em defesa da natureza. Na sequência desta formulação (e até por uma questão de coerência), a *pobreza*, sendo-lhe imputada o papel de degradação ambiental, teria no seu oposto, a *riqueza*, um pressuposto para alcançar o tão almejado equilíbrio com a natureza. Tal postura, desprezando uma compreensão de mote social, tenderia obviamente a construir respostas nas quais a solução da problemática ambiental seria encontrada em estratégias eminentemente econômicas. Plausivelmente, está registrado nesse mesmo Relatório:

A pobreza reduz a capacidade das pessoas para usar os recursos de modo sustentável, levando-as a exercer pressão sobre o meio ambiente. A maioria dos pobres absolutos vive nos países em desenvolvimento (...) Uma condição necessária, mas não suficiente, para a eliminação da pobreza absoluta é o aumento relativamente rápido das rendas per capita do Terceiro Mundo. Portanto, é essencial inverter as atuais tendências de estagnação do crescimento (CMMAD, 1988:53, grifo meu).

Este posicionamento, ostensivamente apoiando um regramento capitaneado pelas regras do mercado, não passou despercebido em muitas avaliações relacionadas com a questão ambiental. Na realidade, o que se tem é uma releitura cujo estofo incorpora uma reinterpretação radicalizada das relações que perpassam pelo meio ambiente e pelo mercado, sugerindo em nome de uma “causa universal” (isto é, a natureza), a perpetuação do modelo existente de exploração dos recursos naturais em um novo patamar global. Não por acaso, o *Relatório Brundtland* frisa, ao lado do *desenvolvimento sustentável*, a necessidade de uma *NOEI: Nova Ordem Econômica Internacional* (Cf WALDMAN, 1992c).

Sintetizando, os ditames estratégicos desta teorização realçam continuamente o mercado como uma referência *par excellence* para encontrar soluções para os problemas ecológicos:

Se nos anos 70 a crise ambiental alertou para a necessidade de frear o crescimento diante da iminência do colapso ecológico (Meadows et ali.), agora o discurso neoliberal afirma que não existe contradição entre ambiente e crescimento. Os mecanismos de mercado se convertem no meio mais certo e eficaz de internalizar as condições ecológicas e os valores ambientais no processo de crescimento econômico. *Nesta perspectiva, os problemas ecológicos não surgem como resultado da acumulação de capital. Para a proposta neoliberal teríamos que atribuir direitos de propriedade e preços aos bens e serviços da natureza para que as clarividentes leis do mercado se encarreguem de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a fim de alcançar um desenvolvimento sustentável com equidade e justiça* (LEFF, 2004:22, grifo meu).

⁸ Referência a *Gro Harlem Brundtland* (1939-), política, diplomata e médica norueguesa que foi, sob chancela do Partido Trabalhista da Noruega, a primeira mulher chefe de governo do seu país. Na ONU, presidiu a elaboração do Relatório da CMMAD.

Nesta conjuntura, um dado que insere complexidade indiscutível ao tema ora tratado remeteria à irrupção no cenário mundial das *ONG*, *Organizações Não-Governamentais*. Igualmente rubricadas como *NGO* (sigla do inglês *Non-Governmental Organization*) e definidas como *organizações da sociedade civil*, estas entidades conquistaram enorme expressão principalmente a partir dos anos 80. Na trajetória que lhes assegurou reconhecimento público, a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro foi um fato marcante. Neste evento, a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (ou *Fórum Oficial*), reunindo representantes dos Estados membros da ONU, teve por contraponto a *Conferência da Sociedade Civil Global sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* ou *Fórum Global*. Esta última denominação foi rapidamente endossada pelos participantes, representantes das *ONG* e dos movimentos sociais, tornando-se a referência por excelência deste *encontro paralelo*.

Sem dúvida alguma, a mobilização gerada pelo *Fórum Global* alavancou as *ONG* à um *status* proeminente no mapa político mundial. Ainda que as *ONG* possuam diversificado leque de atribuições e vínculos com uma heterogênea gama de atores sociais (movimentos negro, de inclusão social, de gênero, de habitação, etc), a ECO-92 imprimiu a marca do ambientalismo na representatividade das *ONG*. Simultaneamente, referindo-se a um contexto no qual a noção de *desenvolvimento sustentado* detinha amplo apoio político, ainda que muitos grupos tivessem reservado críticas bastante contundentes ao conceito, essa terminologia tornou-se parte inseparável do jargão ambiental das *ONG*⁹. Incontestavelmente, a partir de 1992 construiu-se um sólido marco no imaginário social que rapidamente sinonimizou o conceito de *ONG* ao de meio ambiente, tornando impensável qualquer discussão sobre a questão ambiental que não incorporasse essas organizações no seu temário.

Entretanto, mesmo que as *ONG* sejam hodiernamente um fenômeno global, atente-se que a historiografia relacionada com essas entidades difere muito de um país para outro. Por exemplo, quanto às entidades ambientalistas dos países centrais, a preocupação em salvar o que restava da natureza original motivou já no século XIX forte movimento de opinião pública, surgido em momentos em que se fazia o inventário de patrimônios naturais. É assim que foi criado nos EUA pela primeira vez na história um parque natural, o de Yellowstone (1872) e, antes de 1899, ainda outros: Yosemite, General Grant, Sequoia, Mount Rainier. Este interesse público estava fundamentado em uma corrente preservacionista, origem de grupos como o Sierra Club (1892), National Audubon Society (1905), Izaak Walton League (1922), Wilderness Society (1935) e a National Wildlife Federation (1936). Claramente, o movimento que iria engendrar o que mais tarde seriam as *ONG*, decorreu, em muitos países do hemisfério norte, de um dinamismo interno às próprias das sociedades civis que fluía apoiado em regimes liberais representativos (Vide WALDMAN, 1991).

Outrossim, no Brasil e em muitas outras nações do Terceiro Mundo, o cenário foi bastante diferente. Em vários países da periferia, as *ONG* surgiram atraindo fortemente com o aparato de Estado. No caso brasileiro, foi a mobilização de diversos setores sociais em oposição ao regime autoritário implantado com o golpe militar de 1964 que configuraram o terreno no qual futuramente essas organizações iriam medrar. No geral, as *ONG* nasceram entre setores da igreja católica que reivindicavam a chamada “opção preferencial pelos pobres”, também encontrando adeptos no seio dos grupos de esquerda e nas universidades, inibidas pela ditadura no desenvolvimento das suas atividades. Nas suas origens as *ONG* apresentavam pequeno grau de institucionalização, funcionando como estruturas informais. O trabalho voluntário e atividades de militância, ambos constituindo uma possibilidade de ação política junto à população, eram rotineiros e frequentes. No ponto de vista da história dessas entidades na voz dos seus protagonistas, as antigas *assessorias, projetos, centros, comitês e grupos de pesquisa, de trabalho e de apoio* foram gradualmente se consolidando até se tornarem *ONG* (RAMALHO, 1996:12/13).

É importante entender que a própria tomada de consciência das *ONG* em termos de sua especificidade é um fenômeno dos anos 80. Antes, sua “invisibilidade” era notória. Note-se que ao longo da década dos anos 70 as chamadas *proto-ONG* definiam-se como estando *a serviço* das necessidades e interesses dos setores excluídos da população. Por conseguinte, ao não existirem *para si* e por não fazerem sentido *em si mesmas*, estavam descompromissadas de sua própria perpetuação. Via de regra, as futuras *ONG* se observavam enquanto instrumentos transitórios respondendo à demandas entendidas como conjunturais. Desprovidas de legitimidade própria, seriam substituídas quando os movimentos populares - estes sim vistos como autênticos sujeitos coletivos do processo de transformação da sociedade - conquistassem plena autonomia. Por estas razões, a invisibilidade

⁹ Discussão muito complexa para os limites desse texto, assinala-se, contudo, a existência de muitas reinterpretações do conceito, rompendo com suas limitações originais e ultrapassando-as, incorporando sentidos sociais manifestos e direcionamentos com grande mérito público (Ver a respeito, LEFF, 2004 e ALIER, 2005).

não incomodava os primeiros militantes das ONG¹⁰. Isto, além de uma virtude representava também certa proteção frente ao risco de repressão pela então onipresente ditadura militar que grassava no país (OLIVEIRA, 2007).

Porém este quadro terminou se alterando por conta da gradativa institucionalização destas organizações. Para isso contribuiu decisivamente a hegemonia das políticas neoliberais que, a despeito das intenções iniciais das precursoras das ONG, terminaram, a partir dos anos 90, por instrumentalizar muitas destas organizações sob a égide da ordem mundial identificada com a globalização. Um aspecto fundamental, que não pode em hipótese alguma ser dispensado em qualquer análise a respeito do tema, decorre da implementação de políticas que respaldavam a tese do “Estado Mínimo”. Em outras palavras: retirar prerrogativas que tradicionalmente eram abarcadas pela esfera governamental e repassá-las preferencialmente para a iniciativa privada. Outra referência diz respeito ao aumento do desemprego, não só dos setores sem qualificação, mas também de largos contingentes de profissionais com alto nível educacional, que não encontram emprego em razão dos chamados princípios de racionalidade e eficiência produtivas, da reengenharia funcional e da precarização das relações de trabalho. Por fim, destaco o crescimento explosivo da miséria em todo o mundo, resultante da globalização, da desregulamentação da economia e do “mercado total”, agora livre do controle estatal e das “amarras corporativas” (WALDMAN, 1996 e 2006, GONÇALVES e HAESBAERT, 2006:70/71).

Ora, seria ingenuidade não perceber a articulação potencial entre esta nova realidade e as ONG, que primordialmente constituíam *grupos de não-governo*. É visível que num momento no qual se opera a estratégia neoliberal de sucateamento do aparato do Estado, *coerentemente, e não coincidentemente*, nota-se um crescimento das ONG buscando de uma forma ou de outra suprir demandas e atribuições entendidas como não sendo mais da alçada estatal. É justamente este desmantelamento do Estado que permite às ONG, inclusive em nome da eficiência e do conhecimento das questões nas quais atuam, desenvolver um papel que o Estado não está cumprindo ou do qual abriu mão em termos de atuação. Tal estratégia foi favorecida pela incorporação de amplos grupos classe média com formação universitária nas ONG, que assim encontraram possibilidade de ocupação, criando também o respaldo social e intelectual que granjeou legitimidade e permitiu a reprodução desse modelo (Cf WALDMAN, 1996 e GONÇALVES e HAESBAERT, 2006:71).

Por fim, não é coincidência que a palavra “parceria” tenha conquistado tamanho espaço no vocabulário político-administrativo. Definindo um novo tipo de interação e colaboração entre órgãos públicos e as ONG, seu mecanismo básico é o estabelecimento de convênios para a execução de projetos sobre temas específicos e com duração limitada no tempo. Assim as ONG são contratadas para prestar trabalhos pontuais em áreas onde acumularam conhecimento e competência, sem que isto implique – *ao menos em princípio* – renunciar ao direito de reivindicar e criticar o Estado. Para completar, não haveria como deixar de sublinhar variados tipos de associação e de empreendimentos firmados entre grandes ONG e corporações, em alguns casos favorecendo exclusivamente objetivos empresariais, com pouco ou nenhum vínculo com a questão ambiental (Cf OLIVEIRA, 2007 e *passim* ALIER, 2005).

Os desdobramentos decorrentes da aparição das ONG em nível do senso comum foram muito fortes e contundentes, dando margem a toda sorte de fabulações. Uma destas é a de que, *por definição*, tais entidades seriam *representativas da sociedade civil*, que agora *organizada*, estaria em condições de requerer do Estado a aplicação de medidas favoráveis à população. Mas o que quer dizer exatamente esta terminologia: “sociedade civil organizada”? É evidente que se trata de uma expressão ambígua, a começar pelo fato de lançar mão de uma definição pelo negativo (*não-governamental*) e ao mesmo tempo, adotando o instituído como referência de atuação (*organização* ou *entidade*). De outra parte, dificilmente alguém contestaria a existência das ONG *de papel*, das ONG *Caixa Postal*, das ONG *Vídeo-maker*, ou simplesmente “*marketeiras*”, organizações que antes de estarem representando algum grupo social, representam basicamente a si mesmas e quando muito, estão à procura de uma referência que lhes empreste legitimidade. Daí que para o geógrafo Carlos Walter Porto GONÇALVES, *as organizações não governamentais revelam paradoxalmente não a força da sociedade civil senão o contrário: sua fragilidade em garantir os compromissos assumidos pelo Estado Nacional (apud 2001:59)*.

¹⁰ Dado emblemático, o primeiro documento de trabalho no qual a nomenclatura ONG é claramente assumida, foi assinado pelo historiador Rubem César Fernandes, texto que somente será publicado em 1988 como introdução ao primeiro catálogo de ONG brasileiras, editado sob o título *Sem Fins Lucrativos - as Organizações Não-Governamentais no Brasil* (OLIVEIRA, 2007).

Existem outros aspectos que merecem discussão, como o imaginário que tem por pressuposto a compreensão das ONG enquanto organizações *a priori* voltadas para causas sociais e de interesse público. Todavia, será que isso constitui um dado concreto? Num momento como o atual, em que é possível ler nas páginas dos jornais e acompanhar nos informativos da televisão e da Internet denúncias a respeito do favoritismo que granjeia algumas entidades - justamente aquelas que com base no conceito de parceria e trânsito na esfera político-administrativo conseguem ser aquinhoadas com verbas superlativas para “projetos sociais” - quem poderia ainda hoje compartilhar a crença de que as ONG estão isentas dos demais pecados que correm pelo mundo? Ninguém duvida a possibilidade de localizar em nível de administrações municipais, partidos políticos, empresas e lideranças religiosas todos os tipos de condutas, condenáveis ou virtuosas. Se assim acontece com qualquer instância terrena, por que então com as ONG seria diferente? É necessário assumir que as ONG não constituem - para resgatar uma feliz expressão que o sociólogo Florestan Fernandes não se cansava de repetir - uma espécie de “vaca sagrada”. As ONG formam instituições deste mundo e apenas com base nos procedimentos que encontramos neste mundo é que estas organizações podem ser entendidas.

Nesta sequência, recorde-se que as próprias burocracias criadas para garantir a participação da “sociedade civil organizada” deveriam ser mais bem avaliadas, inclusive sob um prisma crítico. Na participação junto aos órgãos e instâncias voltadas para a defesa do meio ambiente, não haveria como não assinalar o desafio fundamental de uma atuação social em uma arquitetura política que como no caso da brasileira, tem imposto sucessivas alterações para o exercício da cidadania, num espectro que se estende desde o autoritarismo das agências governamentais a uma *estrutura de medo* profundamente internalizada no *ethos* nacional (Cf DURAN, 2005: 141/186). Seria plausível evocar o parecer da venerável cientista política australiana Lorraine Elliott, para quem as instituições internacionais e os processos de gerenciamento ambiental, não seriam, a despeito da participação (alguns sugerem a cooptação) das ONG, verdadeiramente democráticas ou participativas¹¹. Mais ainda, o gerenciamento ambiental continuaria, numa perspectiva crítica, a representar uma coalizão regimes ricos e poderosos, suas corporações e seus esquemas bélicos. Portanto, um dos direcionamentos das instituições estatocêntricas tem sido deslocar o debate ambiental relativamente às soluções da crise ambiental fora das mãos daqueles que são mais diretamente afetados por ela, uma realidade que solicita revisão urgente (ELLIOTT, 1998:251).

Finalmente, há também que ser considerado que o conceito de ONG não pode ser assumido como uma categoria plena, capacitada em si mesma a dar conta das reivindicações ambientalistas. Concretamente, existe uma percepção difusa pela qual, frações da opinião pública percebem estas organizações enquanto *lobies* ou “grupos de interesse” (certificação que, aliás, seria demasiado restritiva), com intuítos e aspirações diferentes dos movimentos sociais propriamente ditos (afirmação certamente merecedora de reparos). Mas o que de fato importa - e vale a pena frisar esta consideração - é que o *ambientalismo não se resume às ONG*, ao menos da forma como um olhar atento pode perceber o fenômeno. Por exemplo, como poderíamos não levar em conta o verdadeiro exército de catadores que nas principais cidades brasileiras tem prestado um inestimável serviço em prol da diminuição dos impactos gerados pelos resíduos sólidos e conseqüentemente, pela defesa do meio ambiente? Como não categorizar como ecológicos os movimentos urbanos em favor das áreas verdes e da defesa dos mananciais de água doce? Como não entender como “ambientalmente corretas” as práticas dos pescadores artesanais, dos ribeirinhos, seringueiros e dos agricultores tradicionais, ainda que estes grupos sociais não façam questão de se assumirem como “ecológicos”?

Sequenciando esta linha de raciocínio é válido recordar que os organizadores do *Fórum Global*, quando confrontados com a necessidade de estipular critérios de participação das entidades no evento, entenderam que na moldura ambientalista se enquadrariam dois grupos de referência: as ONG ambientalistas em seu *strictu sensu* (ou seja, organizações da sociedade civil cujo marco identitário eram as lutas ambientais) e os movimentos sociais que embora não rotulados como “ecológicos”, desenvolviam lutas objetivamente ambientalistas. Conclusivamente, em face do que foi exposto, é evidente que a rubrica ONG não está capacitada a esgotar a questão das mobilizações ambientais. Outro desdobramento é o fato do conceito de ONG, em si mesmo, não ser operacional na formulação de respostas ao próprio desafio ecológico colocado no mundo contemporâneo. Outro ainda, muito

¹¹ Assinale-se que muitos dos colegiados voltados para garantir a “participação da população nas políticas públicas” - caso dos conselhos de meio ambiente - redundaram em processos politicamente viciados, gerando, por exemplo, o estranho fenômeno da *monarquia dos conselheiros*: cidadãos que repetidamente são mantidos nestes organismos enquanto representantes, é claro, da “sociedade civil organizada”, quando muito “rodiziando” funções nesses espaços.

sedutor para os que advogam uma sinergia com o dinamismo mais profundo da sociedade, *é que as ONG e os movimentos sociais podem interagir e manter uma rica simbiose, passível de gerar saltos de qualidade nas lutas ecológicas.*

Desta feita - uma vez subscritando que as ONG podem se notabilizar enquanto ferramentas aptas a assumirem a função de sustentáculo real na reversão dos desequilíbrios ecológicos promovidos pela modernidade - seria sensato elencar algumas pontuações referentes ao tema de modo a prontificar algumas sínteses conclusivas. Estas seriam:

1. Uma primeira admoestação estaria dirigida ao próprio desafio ambiental. Não é suficiente mobilizar a sociedade para “corrigir” os “efeitos deletérios do progresso”. Mais do que compatibilizar as formas existentes de produção com uma quimérica “preocupação ambiental”, o que se coloca é uma revolução completa da nossa forma viver, de ser e de produzir. O movimento ecológico refere-se a uma tomada de posição em prol da defesa dos direitos do homem e da sua participação real no mundo concreto, propensão esta impregnada de história. Tudo isso tem relação direta com muitos dos dilemas que vivenciamos hoje, que ingloriamente ocupam as páginas dos jornais¹². Isto posto, o ambientalismo se conecta organicamente com as causas primordiais da democracia e da justiça social, uma observação que está dirigida a países como o Brasil e aos demais que integram o vasto, heterogêneo e dinâmico conjunto formado pelo Terceiro Mundo, seus povos e suas cidades. Em suma: *ecologia não é um tema a mais, mas sim um tema que perpassa por todos os demais temas* (Vide ACOT, 1990:190/192; WALDMAN, 1992c e 2006; ALIER, 2005).

2. Quanto à lógica que subentende aprioristicamente as ONG como expressão do ambientalismo, caberia advertir o quanto tal definição é frágil. Singularmente, definir uma ONG como “ambiental”, acrescenta muito pouco na compreensão do perfil de uma entidade. Precisamos antes esclarecer o que estamos entendendo como “ambiental”, pois as lutas ecológicas, dizendo respeito ao relacionamento dos humanos com a natureza, incluem visões de mundo discrepantes entre si. Não é a toa que um estudo recente do economista ecológico catalão Joan Martinez ALIER (2005), alinhava três grandes tendências no tocante à defesa do meio ambiente: o *Culto à Vida Selvagem*, correspondendo ao que tem sido definido como “ambientalismo romântico”, “preservacionista” ou “conservador”, preocupado com a defesa pura e simples dos monumentos naturais sem maiores compromissos com questões de ordem social e política; o *Evangelho da Ecoeficiência*, pedra de toque do *desenvolvimento sustentado*, priorizando medidas que atenuam ou minimizam os impactos ambientais e isentando-se da crítica ao modelo de sociedade existente; e, o *Movimento de Justiça Ambiental*, caracterizado por uma linha de atuação alicerçada nos movimentos populares, conjugando reivindicações ambientais e sociais. Isto posto, as ONG, ao geralmente se identificarem com uma das correntes (ainda que seja comum ocorrer um “blend” de influências), sustentam atuações diferenciadas de um caso para outro, podendo mesmo trilhar por caminhos opostos.

3. Colocando em cheque o campo institucional *percebe-se que grande maioria das estruturas existentes não foi desenhada para ocupar-se dos dilemas básicos da escassez ecológica*. Tal contestação sugere que o Estado passe a ser repensado nesta perspectiva, sob pena de não dar conta da problemática ambiental (GUIMARÃES, 1991:123). Dito de outra forma, os organismos existentes voltados para a defesa do meio ambiente podem constituir *sumidouros de energia, agências de controle desagregador*, espaços que tragam a militância para a declinação de tarefas que não repercutem em favor da defesa do meio ambiente. Neste particular, equívoco comum a várias abordagens é entender que a existência pura e simples de “canais de participação” constituiria um “instrumento de democratização das decisões”. Porém, os compromissos em prol de instituições baseadas na soberania cooperativa reforçam, na prática, arcabouços políticos por meio dos quais os interesses privilegiados de poucos se tornam mais bem representados do que os interesses democráticos da maioria. Como poderia ser esclarecido através do contato com qualquer bibliografia básica voltada para a questão ambiental, o reforço do papel do Estado não pode ser dissociado do *fortalecimento real* da representação da sociedade. Ademais, seria inerente a esta proposição que a intervenção estatal passe a ser configurada numa direção exatamente oposta aos

¹² Para mencionar apenas um exemplo mais recente que tem motivado verdadeiros rios de tinta, há o caso das hidrelétricas do rio Madeira, uma polêmica que tem se prestado a instrumentalizar, *inclusive em nome do equilíbrio ambiental*, posições favoráveis à construção de mais usinas nucleares. Tal contraposição, hidrelétricas *versus* usinas nucleares, é, na realidade, falsa. Além de ambas serem lesivas aos interesses e à qualidade de vida da população, simplesmente não atendem ao foco central da discussão, referente ao enorme papel a ser desempenhado por *programas de conservação de energia e o aproveitamento das energias alternativas*. Neste último quesito, assinala-se que o Brasil, considerado o maior país solar do mundo, *recebe por dia, energia equivalente a 320.000 hidrelétricas de Itaipu* (VIDAL e VASCONCELOS, 2001:20).

defensores do “Estado mínimo”. *Sumamente porque a questão ambiental reclama um Estado forte e não fraco* (apud ELLIOTT, 1998:253).

4. Subjacente a estas determinações, a constelação das ONG convive com um diversificado rol de clivagens. Como disse, sendo organizações deste mundo, é natural compreender que reproduzam as contradições gerais da realidade na qual estão inseridas. Por isso mesmo desde os anos 90 uma literatura específica aponta a existência de ONG “do Norte” (isto é, dos países centrais) e as “do Sul” (atuantes nos países periféricos). Em face de uma presença cada vez mais intensa das entidades setentrionais nos países da periferia, ocorreu paralelamente uma transposição de temáticas vez por outra desconectadas da realidade das nações que abrigam as filiais dessas mega-organizações. Este seria o caso da luta antinuclear, um dos carros chefe da conhecida ONG Greenpeace, que como se sabe tem encetado inúmeras mobilizações contrárias às usinas atômicas¹³. Embora uma luta de importância indiscutível, seria inevitável revê-la com base na realidade dos países periféricos. Diga-se o que se quiser a este respeito, mas países como o Brasil tem como prioritárias reivindicações muito mais “simpórias”: incentivos governamentais para energias limpas, programas de conservação de energia, revisão da política de isenções tributárias e de subsídios para indústrias eletro-intensivas, pontos muito antigos na visão crítica da matriz energética (Cf WALDMAN, 1992a), sem contar temas candentes como o saneamento básico, a proteção dos mananciais de água potável, a questão da habitação e as políticas de inclusão social. A conferir, portanto, a importância de uma *pauta ambiental que retrate a realidade específica dos países do Terceiro Mundo*, sob pena de se endossar motes que não trarão alívio ou solução para os graves problemas ambientais cotidianamente vivenciados pelas sociedades da periferia.

5. Outra clivagem, aponta para aspectos de magnitude organizacional. Refiro-me ao processo que induziu ao agigantamento de um reduzido *pool* de ONG, configurando mega-organizações que se distanciaram inteiramente dos propósitos que inspiraram os primeiros tempos de formação das ONG. *Adotando a questão ambiental como um meio e não como um modo de vida*, tais instituições – com base nas “parcerias” mantidas como o aparato de Estado – preocupam-se agora em usufruir as possíveis benesses do poder. Este cartel não se restringe apenas ao *staff* das grandes ONG: a olhos vistos esta articulação manifesta irresistível propensão em participar da chamada “grande política”, daí ser comum, nos dias de hoje, a presença de membros de ONG afluentes em posições estratégicas na administração do Estado. Com vistas a garantir legitimidade, não é estranho ao modo de ser do cartel a criação de peças publicitárias, a manipulação de ícones *fashion* e a prerrogativa de firmarem pactos com expoentes do saber sistematizado, particularmente das universidades¹⁴. Operando pela via da cooptação, também implementa estratégias de aliciamento das ONG de pequeno porte ou então, quando ameaçado, gerencia metodologias de fagocitose, objetivando neutralizar manifestações que embaraçam suas diretrizes. Concluindo, muito pouco além da denominação ONG poderia justificar uma sinonímia reunindo entidades de grande e de pequeno porte, o que sugere estarmos diante de associações cujas estratégias e propósitos são, *num sentido objetivo*, radicalmente diferentes.

6. Com este pano-de-fundo, posso adiantar o papel estratégico pertinente às ONG *militantes*, que adotam como *modus operandi* a transformação da sociedade no seio da qual vivem e trabalham, articulando-se organicamente com toda sorte de movimentos sociais. Independentemente do fato de muitas das “entidades da sociedade civil organizada” terem se metamorfoseado em ONG *Chapa Branca* (ou conforme dizem alguns, em “OG”: organizações governamentais), ou então, em palanques de “conselheiros” que falam exclusivamente em nome próprio (embora não admitam isso nos seus discursos), existem, é claro, os que apostam na reviravolta da vida das pessoas, revigorando a vida comunitária, a economia solidária e apontando para um cenário no qual seus expoentes são cidadãos imbuídos da crença de que a história passa não por instituições ocas ou por representatividades inócuas, mas fundamentalmente, pelo que lhes está assegurado conseguir com a força das suas próprias pernas e a determinação das suas próprias mãos. Exatamente por isso, as ONG *sociais* podem nesta conjuntura, manter e assegurar este compromisso imorredouro que é a construção de uma sociedade justa e ecologicamente responsável.

¹³ Mesmo assim, é imprescindível reconhecer o fracasso dessas campanhas: *a produção mundial de eletricidade de origem nuclear mais do que triplicou entre 1980 e 1997, especialmente nos países do Primeiro Mundo*.

¹⁴ Esta inferência, merecedora de maiores detalhamentos, faz parte de um projeto de ensaio tendo por meta identificar a lógica desta rede, não só em termos de figuras jurídicas abstratas, mas de pessoas físicas concretas.

Como palavra final, desejo consignar o que Lorraine Elliott advogou no final do século passado. Para ela, o contexto ora vivenciado poderia transfigurar-se numa espécie de ponto de não retorno ambiental. *Portanto, deveríamos colocar imediatamente em prática as opções corretas* (apud ELLIOTT, 1998:253). Assim sendo, que este IVº Congresso Nacional de Meio Ambiente de Poços de Caldas possa, em futuro próximo, ser recordado como portal de novos procedimentos, posturas e esperanças, uma expectativa a ser correspondida por atitudes concretas que contribuam para com a reforma ambiental que o nosso Planeta merece!

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E ARTIGOS

ACOT, Pascal. História da Ecologia. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALIER, Juan Martinez. 1992. El Ecologismo de Los Pobres. Envio, Manágua, Nicarágua, nº 125, 1992.

ALIER, Joan Martinez. 2005. El Ecologismo de Los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración. Icaria-Antrazyt-Flacso, Barcelona, Espanha.

ANDRADE, Almir de, 1971, As Duas Faces do Tempo - Ensaios Críticos sobre os Fundamentos da Filosofia Dialética, EDUSP/ Livraria José Olympio Editora, São Paulo e Rio de Janeiro;

ARMAND, Dominique. L'eau en Danger. In: FREITAS, M. A.; COIMBRA, R. Perspectivas da Hidrometeorologia no Brasil. Brasília: ANEEL, 1998. 1 CD.

CAPRA, Fritjof, 1991, O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente, Editora Cultrix, São Paulo, SP;

COLLINSON, Diané. 50 Grandes Filósofos: da Grécia Antiga ao século XX. Trad. Maurício Waldman e Bia Costa. São Paulo: Contexto, 2004.

CMMAD, Nosso Futuro Comum. (Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DAVIS, Mike, 2006, Planet of Slums. Verso, London & New York.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana, 1994, O Mito Moderno da Natureza Intocada, Edição do NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Úmidas Brasileiras - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP;

DURAN, Marina. O Medo e os Vínculos Sociais no Brasil. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC São Paulo, 2005.

ELLIOTT, Lorraine. The Global Politics of the Environment. Reino Unido: Macmillan, 1998;

GIDDENS, Anthony, 1991, As Consequências da Modernidade, Editora da UNESP, São Paulo, SP;

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Notas para Uma Interpretação Não-Ecologista do Problema Ecológico. In: MOREIRA, Ruy (Org.). Geografia: Teoria e Crítica: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes: 1982. p. 221-230;

_____. Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1990. (Col. Caminhos Atuais);

_____. Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001;

GONÇALVES, C. W. e Porto e HAESBAERT, Rogério. A Nova Des-ordem Mundial. São Paulo: UNESP. (Paradidáticos, Série Poder), 2006:

GUIMARÃES, Roberto P. A Assimetria dos Interesses Compartilhados: América Latina e a Agenda Global do Meio Ambiente. In: LEIS, Héctor (Org.). Ecologia e Política Mundial. Rio de Janeiro: Vozes/ FASE/ AIRI/PUC-Rio, 1991.

JOHN, Liana. Os Desafios Crescentes da Ecologia Urbana. Rets, Ano 2, nº 103, de 18 set. a 25 set. 2000. Disponível em: <http://www.rits.org.br/rets/edicoes_a/ed190900_2/re_opinioao.cfm>. Acessado em: 19 dez. 2005.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3ª ed. Petrópolis: Vozes/ PNUMA, 2004.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia Sócioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. Reunião Brasileira de Antropologia, XXII, Brasília, 2000. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/dan/F.3-22RBA/sessao1/limaepozzobon.rtf>>. Acesso: 17 jan. 2005.

MEADOWS, Dennis L. et al. (Orgs.). Limites do Crescimento: um relatório para o projeto do clube de Roma sobre o dilema da humanidade. (1968) São Paulo: Perspectiva, 1973. (Col. Debates nº 90).

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. 2007. ONGs, Sociedade Civil e Terceiro Setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil. Texto disponível on line in: http://www.rits.org.br/idac.rits.org.br/ongs/idac_ongs_1.html

RAMALHO, José Rodorval. ONG's na Paraíba: as bases da ação propositiva. João Pessoa: PPGS-UFPb, 1996 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais);

SALAS, Rafael M. Cidades que nos devoram. O Correio da UNESCO, Rio de Janeiro, nº 3, p. 10-17, mar. 1987.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo: Hucitec, 1988;

SANTOS, Selene Herculano dos. Reflexões Críticas sobre o Relatório Brundtland: as questões do “desenvolvimento sustentável” e da “nova ordem econômica internacional”. Encontros preparatórios da Eco 92, Rio de Janeiro, 1991. Mimeografado.

_____. Como passar do Insuportável ao Sofrível. Tempo e Presença, São Paulo e Rio de Janeiro, nº 261, 1992. (publicação do CEDI)

VASCONCELOS, Gilberto Felisberto; VIDAL, José Walter Bautista. Poder dos Trópicos: meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

VIOLA, Eduardo. The Ecologist Movement in Brazil (1974-1986), from environmentalism to ecopolitics. International Journal of Urban and Regional Research, Londres, nº 2, vol. 12, p. 211-228, jun. 1988.

WACKERNAGEL, Mathis. Ecological Footprint of Nations. Xalapa, México: Centro de Estudios para la Sustentabilidad/Universidade Anahuac de Xalapa, 1998.

WALDMAN, Maurício. 1988. Ecologia na Perspectiva dos Trabalhadores. ver. Tempo e Presença, São Paulo/Rio de Janeiro, v. nº 230, p. 4-5.

_____. Maurício, 1990. Movimento Ecológico: Combativo ou de Resultados?. Texto originalmente distribuído no IVº Encontro Ecológico do Estado de São Paulo, realizado em Outubro de 1989 na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, na capital paulista. Revista Teoria e Debate, São Paulo (SP), v. nº 9, n. Jan/Fev, p. 13-17.

_____. Maurício, 1991. Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida. In: SCHILLING, Paulo (Org.). Conversão da Dívida e Meio Ambiente. São Paulo: Global/CEDI.

_____. Maurício, 1992a, Ecologia e Lutas Sociais no Brasil, Coleção Caminhos da Geografia, Editora Contexto, São Paulo, SP;

_____. Maurício, 1992b, A Problemática Urbana e o Desenvolvimento Sustentável, in Solo Urbano, órgão informativo da ANSUR - Associação Nacional do Solo Urbano, Nº 12, Julho de 1992, São Paulo, SP;

_____. Maurício, 1992c, A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto, in Ecos da Rio-92 - Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento em Questão, edição da Seção de Fortaleza da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Ceará, 1992. Texto disponível on line in: http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?p=p04_01_05&c=e

_____. Maurício, 1992d. Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais. Tempo e Presença, São Paulo e Rio de Janeiro, nº 261, Edição Especial Meio Ambiente, jan.-fev. (Publicação do CEDI)

_____. Maurício, 1995a, Tempo, Modernidade e Natureza, in Caderno Prudentino de Geografia, AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção de Presidente Prudente, SP. Texto disponível na seção de Geografia do site Maurício Waldman – Textos, Cursos e Projetos: www.mw.pr.br

_____. Maurício, 1995b. Okologie, Welt und Zukunft. NROS UND SOZIALE BEWEGUNG (evento paralelo da Weltklimakonferenz, Palestra desenvolvida na Conferencia Mundial sobre o Clima), Berlim, ONU.

_____. Maurício, 1996, Perspectivas da Luta Ambiental, Conferência proferida para o movimento ambientalista no Encontro Estadual de Entidades Ambientistas, o Eco São Paulo, em Outubro de 1996, Ribeirão Preto (SP). Texto disponível on line em: http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?p=p04_06_04&c=e; Anais do Encontro Estadual de Entidades Ambientistas, 1996. v. 1. p. 50-56.

_____. Maurício, 1997, Metamorfoses do Espaço Imaginário - Um ensaio “topo-lógico” relativo ao universo da Cultura, do Espaço e do Imaginário, Tese de Mestrado em Antropologia Social, Depto de Antropologia da FFLCH-USP, São Paulo, SP;

_____. Maurício, 2003a. Para Onde Vamos? in Meio Ambiente e Missão - A Responsabilidade Ecológica das Igrejas, EDITEO - Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, São Bernardo do Campo, SP; p. 13-39.

_____. Maurício, 2003b. Mais Água, Menos Lixo: Reciclar ou Repensar?. In. Boletim Paulista de Geografia, nº 79, pp. 91-106, Julho de 2003, Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local São Paulo, 2003.

_____, Maurício, 2003c. Recursos Hídricos: os impactos da produção de alimentos e dos resíduos sólidos, SEPEGE - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM GEOGRAFIA, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana Departamento de Geografia da USP, 08-10 dez.

_____, Maurício. Meio Ambiente & Antropologia. São Paulo: SENAC, 2006a. (Série Meio Ambiente, volume 6);

_____, Maurício. Água e Metrópole: Limites e Expectativas do Tempo, 2006b. Tese de Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (orientador), São Paulo, SP.

FILMOGRAFIA

Uma Verdade Inconveniente (An Inconvenient Truth), 2006, documentário baseado em palestras do político norte-americano Al Gore Jr (100 m).

SITES DA INTERNET

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: <<http://www.pnud.org.br/home/>>. Acesso em: 13-04- 2005.

AUTORIZADA A CITAÇÃO E/OU REPRODUÇÃO DESTE TEXTO, DESDE QUE MENCIONADA A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

WALDMAN, Maurício . O Desafio Ambiental e as ONG, Paper de subsídio para conferência apresentada no IVº Congresso Nacional de Meio Ambiente, Poços de Caldas (MG). 2007

LIVROS DE MAURÍCIO WALDMAN RELACIONADOS COM O TEMA

LIXO: CENÁRIOS E DESAFIOS, CORTEZ EDITORA, 2010

Saiba mais: <http://www.lojacortezeditora.com.br/lixo.html>

MEIO AMBIENTE & ANTROPOLOGIA, EDITORA SENAC, 2006

Saiba mais: http://books.google.com.br/books/p/senac?id=z4ns-luC4LwC&dq=Meio+ambiente+%26+antropologia&hl=pt-br&source=gbs_summary_s&cad=0

MAURÍCIO WALDMAN - INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS

Home-Page Pessoal: www.mw.pro.br

Biografia Wikipedia English: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Currículo no CNPq - Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>